

SECA: REPRODUÇÃO DO PODER E REBELIÃO

César Barreira*

RESUMO

A relação é direta: quanto maior o grau de miséria dos trabalhadores, maior o grau de dependência em relação aos proprietários rurais. A seca, aumentando a pobreza do trabalhador rural contribui, assim, para reforçar as relações de dominação no sertão nordestino, com ajuda, inclusive, do estado, cuja ação, no intuito de evitar uma convulsão social, apenas reforça as estruturas de poder arcaicas. Mas a seca é também um momento em que a rebeldia camponesa se manifesta, através de concentrações públicas e saques nas cidades sertanejas, com um fundo organizativo remarcável. Estas manifestações, para os seus participantes, têm uma base clara de legitimidade na medida em que eles se vêem não como pedintes mas como "camponeses desempregados". O círculo perverso da subordinação, porém, se instala com a ação do Estado-benfeitor: o ofertante do emprego e da comida.

Introdução

As secas ou períodos de estiagem são momentos de grande reforço às estruturas dominantes no sertão do Nordeste. As relações de dependência dos camponeses aos grandes proprietários fundiários são reproduzidas tendo como motivação a miséria e o sofrimento da classe dominada. A lógica é crua: maior grau de miséria e pobreza dos trabalhadores rurais, maior grau de dependência e submissão aos proprietários de terra. Grandes riquezas e domínios foram formados e consolidados nos períodos de seca. É a época em que os pequenos proprietários, premidos pela situação, são obrigados a venderem ou abandonar suas terras e gado.

Por outro lado, é um momento em que as contradições da política do Estado aparecem mais cristalinas, deixando cair a máscara de um Estado do "bem-estar social". Também, a seca vem desnudar a miséria dos camponeses do sertão subjugados à estrutura fundiária concentracionista aliada a uma rede de mercado totalmente adversa.

* Professor da Universidade Federal do Ceará.

Se esse quadro possibilita entender uma face da realidade do sertão que ganha seus contornos na decantada e denunciada "indústria da seca", colocamos em confronto com o outro lado da cena que são os movimentos populares camponeses que ocorrem em grande intensidade nos momentos de seca. Ou seja, são os movimentos que se expressam nas invasões, motins, saques, ocupações de prédios públicos que ganham a cada novo período de seca mais força e presença.

Pretendo mostrar, neste trabalho, que a seca é um momento de maior visibilidade da política, dando contornos mais precisos à dominação e às rebeldias, através de ações diretas, por parte dos camponeses.

Esse trabalho se detém nas três últimas secas: a de 1958, a de 1970 e a de 1979-1983.

Parto do pressuposto de que mesmo esses movimentos populares não sendo recentes, ao contrário, acompanham e ocorrem desde o século passado nos períodos de estiagem (DINIZ: 1986), essas últimas secas mantêm peculiaridades, não só por parte do Estado, através dos seus "programas de emergência", como são redefinidas novas formas de dominação. Nesse sentido, eles mantêm uma dinâmica fundamental para se entender a seca enquanto momento de "politização" dos camponeses e, também, de reordenamento do poder. Privilegiarei as mudanças ocorridas na política do Estado frente ao problema da seca como, também, as formas de contestação camponesa, buscando entender a sua dinâmica interna.

Esses serão os aspectos fundamentais discutidos ao longo do texto.

A Seca Como Reforço da Estrutura de Poder

"Ondas de flagelados continuam a invadir, diariamente, esta cidade, à procura de trabalho que venha suprir as necessidades de seus lares. Dada a caótica situação, não havendo recursos para transporte dos flagelados, lembramos a necessidade de imediata construção da rodagem Mombaça-Acopiara, enquanto os Governos Federal e estadual coordenam medidas adequadas: a) Elias Benevides – Prefeito Municipal; Nestor Cabral – Promotor de Justiça; Antônio Jaime – comerciante; José Jaime Benevides – Coletor Estadual; Osvaldo Freire – Juiz de Direito; Manoel Costa Sobrinho – Tabelião; José Pereira de Oliveira – Vigário e Antônio Evangelista Sobrinho – Presidente da Câmara Municipal". (O Povo, 26/03/58). Telex enviado ao Diretor do DAER.

A mensagem enviada através do telex acima, retrata, com muita nitidez, o que significa um ano de seca. Se, por um lado, mostra as dificuldades dos camponeses, por outro, apresenta os caminhos e os espaços ocupados pelos setores dominantes nesses momentos. Esse telex exemplifica e materializa a ação dos políticos do sertão. Nessa iniciativa, os "representantes políticos" começam a delimitar a sua prática política. Apresentam-se como os "grandes benfeitores do sertão" e reproduzem toda a estrutura clientelística típica da região.

O Estado passa a ser o responsável direto pela reprodução da força de trabalho, substituindo os grandes proprietários de terra. O latifundiário deixa de ser patrão, na medida em que o Estado passa a cumprir essa função mediada, em grande parte, pelos políticos locais, dando corpo à rede de troca de favores, matéria-prima da relação clientelística.

Nessa substituição configuram-se duas situações: uma é a grande concentração de terra nas mãos de poucos, tendo como contrapartida um grande número de camponeses sem terra. Juntam-se a esses os pequenos proprietários, que exploram as suas propriedades até as últimas possibilidades ou que dependem, em última instância, dos grandes proprietários para se reproduzirem. Uma outra situação refere-se à miséria em que vive a maioria dos camponeses do sertão, que a cada ano de seca têm que buscar formas alternativas de sobrevivência.

Nesse quadro delineiam-se as relações de dependência em que vivem os camponeses. Elas não só decorrem da concentração de terra, mas, também, da natureza das relações de parceria, mediada, em grande parte, pela moradia, que dão a tônica das relações sociais no Nordeste semi-árido. O "morador de favor" cristaliza toda relação de dependência entre os camponeses e o proprietário. Segundo a representação tradicional do camponês só existe trabalho e moradia em função do "favor" do proprietário de terra.

É importante destacar que a seca não só agrava como desnuda a miséria e a dependência em que vivem os moradores-parceiros do sertão. Nesse sentido, as calamidades públicas verificadas na região nos períodos de seca não só decorrem da escassez d'água mas, principalmente, de problemas estruturais.

Segundo o Censo Demográfico de 1980 existem no Ceará, 432.735 chefes de família cuja ocupação principal está ligada à agropecuária, extrativismo vegetal e pesca, enquanto que a sinopse do Censo agropecuário do mesmo ano mostra a existência de somente 169.241 proprietários de terra, sendo possível concluir que existem mais de 200 mil famílias de produtores sem terra ou com posse precária da terra. Estes números, numa situação normal, já revelam um quadro de extrema dificuldade para o produtor rural que, em momento de seca, atinge os limites mínimos de sobrevivência. Os camponeses sem terra no sertão sobrevivem, por um lado, com a parte da produção que lhes cabe decorrente da relação de parceria, quase sempre 50% do total, bem abaixo do que estabelece o Estatuto da Terra¹ e, por outro lado, com as dívidas pagas pelos serviços executados na propriedade. A parte da produção que fica para o parceiro, geralmente, não cobre os gastos efetuados durante o ano, originando uma dívida permanente dele com o dono da terra. Isso inviabiliza, então, qualquer autonomia no processo de produção, ficando o camponês na dependência dos adiantamentos efetivados pelo proprietário da terra para cobrir as despesas da entressafra. Com o prenúncio de uma estiagem os proprietários não antecipam qualquer dinheiro, inviabilizando a continuidade do processo produtivo, ou o plantio, que só é realizado com as primeiras chuvas, geralmente nos meses de janeiro e fevereiro. Também, nenhum serviço passa a ser realizado nas propriedades pela "iminência de uma nova seca". Com isso, fecham-se as possibilidades de reprodução do camponês no sertão pela via dos poderes privados.

Nesse processo os camponeses perdem a sua identidade de "moradores-parceiros" e ganham a identidade de "flagelados", que segundo Paulo Guerra, significa "aquele sertanejo que, se não chove no devido tempo, sai pela estrada em busca de um meio que lhe garanta a sobrevivência, já que sua única atividade — a agricultura — não se torna possível na terra sem umidade". (1977:3).

É importante destacar que com o prenúncio de uma estiagem, os contratos de parceria envolvendo, geralmente, as culturas do algodão, do milho e do feijão perdem a sua viabilidade. Os proprietários deixam de ter suas obrigações para com os moradores-parceiros que, por sua vez, já adquiriram empréstimos para o preparo do terreno, que são convertidos "em dívidas", com a automática devolução dos roçados abandonados para o dono da terra. Estes camponeses constituem o grosso dos "flagelados" que passam a fazer parte das correntes migratórias ou se incorporam nos "programas emergenciais".

Analisando o volume de produção de alguns produtos agrícolas nos últimos anos, pode-se visualizar os efeitos da estiagem.

Conforme a Tabela I, tem-se uma variação do decréscimo da produção, no decorrer do período 1981/76, do algodão arbóreo, do milho e do arroz, na ordem de mais de 24% negativo. Concentrando a análise nos anos iniciados em 1979, percebe-se que o algodão arbóreo e os produtos de subsistência são bastante afetados. Isto acarreta uma desestruturação na base da economia da região semi-árida e, principalmente, na economia camponesa.

Iniciam-se, então, com esse quadro, as pressões, não só dos camponeses, mas, também, dos poderes públicos municipais sobre os estaduais e Federal para providenciarem alguma solução.

É a partir dessas pressões que o governo do estado passa a se pronunciar:

"O governo do estado está acompanhando a situação com o mais delicado interesse, tendo decidido já que solicitará à Assembléia Legislativa a abertura de um crédito especial para socorrer com auxílios às populações flageladas.

Ainda hoje, realizar-se-á uma reunião no Palácio da Luz, entre o Governador Flávio Marçílio, o engenheiro Sílvio Gaspar, diretor do DAER e o Dr. Agenor Maia Ferreira, Secretário da Agricultura, para em conjunto estudarem a adoção de medidas de emergência, no interior do Estado, que assegurem trabalho aos nossos homens do campo, evitando-se, assim, um êxodo desordenado para a capital". (O Povo, 17.03.58).

Os telegramas são enviados por prefeitos, promotores da justiça, coletores estaduais, tabeliões, presidentes de câmaras municipais e vigários, e as soluções encontradas são tiradas de reuniões entre Governador, Secretário de Estado, diretor de órgão federal e Presidente da Assembléia Estadual. Nessa situação destacam-se as elites local e estadual onde pesa, fundamentalmente, a questão da troca de favores. Consolida-se, então, a estrutura clientelística da região nessa cadeia de relações políticas.

TABELA I
 PRODUÇÃO FÍSICA E VARIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS
 NORDESTE – 1977/81

Produtos	Unid.	PRODUÇÃO											
		1976	1977	1978	1979	1980	1981	1977/76	1978/76	1979/78	1980/79	1981/80	1981/76
Abacaxi	1.000 fr	164.896	198.787	217.590	208.095	193.914	219.935	20,5	7,5	- 4,3	- 6,8	13,4	33,4
Alg. Arbóreo	t	357.229	431.636	461.781	281.015	236.554	190.477	22,5	5,5	- 39,1	- 15,8	- 19,5	- 46,7
Alg. Herbáceo	t	139.489	32.525	227.493	168.700	144.812	152.969	66,7	- 2,2	- 25,8	- 14,2	5,6	9,7
Arroz	t	1.161.146	1.493.983	1.444.499	1.343.764	1.493.538	929.949	28,6	- 3,2	- 6,0	10,4	- 37,3	- 24,8
Banana	1.000 fr	175.389	190.849	187.128	199.166	196.921	180.846	8,8	- 1,9	6,4	- 1,1	- 8,2	3,1
Cacau	t	222.056	212.637	234.000	292.402	302.481	283.900	- 4,2	10,0	24,0	- 5,8	- 6,1	27,8
Cana-de-açúcar	t	37.193.929	44.473.283	46.461.435	48.665.366	47.935.479	50.755.900	19,6	4,5	4,7	- 1,5	5,9	26,7
Cebola	t	80.095	81.457	67.940	91.226	127.269	111.875	1,7	- 16,8	34,3	39,5	- 12,1	39,7
Coco-da-Baía	1.000 fr	433.374	444.111	448.380	464.369	498.951	476.962	2,0	0,0	3,6	7,4	- 4,4	9,5
Feijão	t	372.673	726.673	703.586	683.082	501.283	449.952	95,0	- 3,2	- 2,9	- 26,6	- 10,2	20,8
Mandioca	t	12.526.331	13.708.165	13.557.545	13.435.673	13.324.339	13.873.669	9,4	- 1,1	- 0,9	- 0,8	4,1	9,7
Milho	t	1.013.653	1.645.386	1.510.637	1.255.710	830.460	514.118	62,3	- 8,2	- 16,9	- 33,8	- 38,1	- 49,2
Sisal	t	166.044	224.867	201.417	227.824	234.651	243.065	35,4	- 10,4	13,1	3,0	3,6	46,7
Tomate	t	279.111	245.009	312.039	317.364	272.208	276.544	6,9	27,4	1,7	- 14,2	1,6	20,7

FONTE: Desempenho da Economia Regional do Nordeste – SUDENE – 1978, 1979, 1980 e 1981.

Essa questão é observada por Amélia Cohn quando discute a situação do DNOCS:

“Em resumo, a magnitude dos efeitos da seca de 58, somada ao quadro de tensões políticas e sociais da época na região, caracterizam de maneira marcante a atuação dos órgãos federais como servindo aos interesses políticos locais. Noutros termos, a própria seca transformou-se num instrumento político, evidentemente que de ambos os lados. Pois, se a corrupção e a manipulação de verbas desses órgãos serviam para influenciar eleitores, as próprias consequências da seca em termos de grande número de flagelados, desemprego, mais uma vez evidenciando a ineficácia na orientação tomada por eles, foram utilizadas como propaganda política pelos grupos opositores”. (1976:92).

No Ceará, com efeito, o governo federal tirou bom proveito do período de estiagem.

Um antigo político cearense, falando sobre as eleições e a seca de 58, assim se expressou:

“O Virgílio Távora perdeu as eleições porque foi um ano de seca, o governo federal arrochou por todos os lados, basta que eu lhe diga na frente de um serviço na minha terra aquele chefe comandava a construção de uma estrada ou um açude dizia para o operário faminto que pouco dinheiro ganhava sustentando a sua família: “olhe se não votar no nosso candidato, nem venha que você não fica mais no serviço”. E aqueles mais fracos resolviam votar no candidato deles, a eleição foi desta maneira, foi o DNOCS quem tomou a si o trabalho de conquistar o eleitorado se prevalecendo dessas circunstâncias”. (Projeto História Oral, Arquivo do MUDOC).

Nesse último período de seca (1979-1983) a estrutura clientelística atingiu proporções alarmantes no reforço do poder local, Esse aspecto é denunciado no Editorial do Diário do Nordeste do dia 30.7.83, com o seguinte título: “Rosário inútil”.

“Os governadores do Nordeste nunca se reuniram tanto (...) O que esperar de tantas reuniões, debates e promessas? Difícil dizer. O namoro entre o governo federal e os governadores do Nordeste certamente se deve à nossa privilegiada condição política, já que somos a garantia da maioria no Colégio Eleitoral que vai eleger o sucessor do Presidente Figueiredo. Por isso, as reuniões se redobram e têm se revestido de expectativas de soluções para os incontáveis e seculares problemas nordestinos. De reunião em reunião, com nossos governadores desfiando rosários de problemas em discursos quilométricos, o Nordeste até agora não mudou nada”.

Se o clientelismo político no Nordeste em períodos normais tem, como

grande sustentáculo, a miséria e a dependência em que vivem os camponeses da região, nos períodos de seca a "calamidade pública" passa a fornecer os seus ingredientes necessários.

Nesse sentido, é elucidativo o depoimento de um camponês sobre a vitória do PDS nas eleições de 1982 no Nordeste:

"Eu acho que eles ganharam porque da mesma maneira que nós organizávamos, os políticos se organizavam noutro tipo. Se a gente se organizava com reunião, conscientização, eles se organizavam comprando voto. Eles davam registro aos pobres, eles davam casamento civil. Chegavam às vezes ao pobre e davam mil cruzeiros, davam cinco mil cruzeiros e nisso eles iam comprando o povo, só com papo. Prometiam que iam trazer luz para o interior. Como era seca e os trabalhadores estavam tudo massacrados eles faziam medo. Com medo dos trabalhadores votarem no PMDB e o PMDB ganhar o PDS fica com o presidente federal e vai matar vocês de fome". E com isso o trabalhador se assombrou muito mais. Porque se eles deixam nós sem serviço, todos os trabalhadores iam morrer de fome. "O presidente federal não vai dar mais bolsão". E nisso fomos muito massacrado e eles no papo terminaram ganhando o voto do trabalhador rural". (Sertões dos Inhamuns, 7.10.74).

Nesse depoimento a seca aparece como um momento propício para as práticas clientelísticas pela vulnerabilidade em que se encontram os camponeses. Mesmo denotando uma percepção crítica da realidade sertaneja, a subsistência e a fome falam mais alto.

O Nordeste aparece, então, com um bolsão do clientelismo e da dependência pessoal. Como diz José de Souza Martins: "... ainda há imensas áreas do país marcadas pela dominação pessoal, pelo favor, pela lealdade, como ficou evidente, ainda há pouco, nas condições dramáticas de sobrevivência do Nordeste seco e no voto claramente clientelístico e oligárquico das eleições de 1982. Convém não esquecer, aliás, que o Exército teve ampla participação na organização clientelística das frentes de trabalho durante a seca prolongada", (1986:96).

Tentando negar algumas contradições que afloram nos períodos de estiagem, os políticos, a classe dominante e uma boa parte da Imprensa mostram a seca como um fenômeno que atinge toda a população de forma indiscriminada, independente de serem proprietários ou sem terra, ricos ou pobres. Nessa representação estão presentes duas ordens de análise: uma é encobrir ou escamotear qualquer questão que demonstre a sublevação da classe dominada com capacidade de reverter o quadro político regional. Outra, é uma tentativa de canalizar mais recursos para a região, possibilitando a malversação de recursos financeiros liberados para a "política de emergência". A utilização dos mesmos para fins políticos eleitoreiros: diretamente na compra do voto ou indiretamente quando as realizações de obras, com dinheiro público, servem para publicidade privada, dando forma à imagem dos "grandes benfeitores do sertão". Os recursos públicos são também utilizados na implantação ou melhoria de benfeitorias

nas propriedades privadas, possibilitando uma valorização da terra e um processo de capitalização do latifúndio.

Embora o empenho da classe dominante e dos poderes públicos locais na efetivação dos programas de emergência revele a articulação entre estes setores para possíveis ganhos – político-eleitorais e econômicos – seu grande alvo é conter o avanço dos movimentos populares. Isso fica bem explícito na seguinte nota:

“Em face da calamitosa situação de seca que assola este município, a população pobre já se encontra, sem nenhum meio de sobrevivência, passando muita fome. A Prefeitura do local vem mantendo centenas de flagelados em serviços de emergência, mas, infelizmente, esgotados todos os recursos. O comércio e as residências particulares estão na iminência de serem atacados pelos famintos, que ocorrem, em grande número a esta cidade à procura de serviço. Já dirigi telegramas de apelo a todo o mundo. **A fome não espera. Estou contendo os famintos com esmolas, invocando a minha autoridade de vigário. Caso os poderes competentes não venham em nosso auxílio, com providências urgentíssimas, será impossível evitar graves acontecimentos**, com conseqüências lamentáveis. Motivados pela grande fome. Padre Francisco Correia Lima, Vigário e Prefeito Municipal”. (Telex publicado no jornal O Povo. 01.04.58, grifo meu).

O nordeste sempre recebe a visita do Presidente da República, nos períodos de seca. Estas visitas consubstanciam o processo de reforço à estrutura de poder local. A pretexto de reconhecimento do problema, observa-se a articulação entre o poder local, estadual e federal, o que evidencia a seca como um problema político.

Nessas visitas as frases ficaram famosas:

“A mobilização de esforços para combater os efeitos das secas no Nordeste terá características de verdadeira operação de guerra”. (Juscelino Kubstschek).

“Não tenho o dom do milagre mas a situação vai mudar. Tenham confiança, as coisas vão melhorar”. (Garrastazu Médici).

Na seca de 1877-1879 o Imperador Pedro II, impressionado com o sofrimento e a mortandade, prometeu: “Não restará uma única jóia na coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome ...”.

A Seca e a Contestação Camponesa

A seca é o espetáculo da pobreza em sua dimensão ostensiva e rebelde, em que se configuram os vários modos dos camponeses mostrarem sua tragédia. Organizados ou não, eles percorrem os espaços legais ou ilegais, trazendo a público na cidade a situação de vida no campo.

"A esta capital, continuam afluindo, diariamente, dezenas e dezenas de famílias flageladas, que, desenganadas do inverno, **vêm procurar das autoridades recursos para sobreviverem**". (O Povo, 17/03/58, grifo meu).

"A população faminta, deste município, **invadiu a residência do prefeito à procura de serviço**". (O Povo, 24/03/58, grifo meu).

"Segundo comunicação recebida pela reportagem de O Povo, **uma turma de flagelados invadiu, ontem, o matadouro de Itapipoca, abatendo várias reses para o consumo**. Logo após, dirigiu-se ao Centro da Cidade, com intuios de invadir o comércio, mas a esta altura, os comerciantes, por precaução, haviam cerrado as portas dos seus estabelecimentos". (O Povo, 27/03/58, grifo meu).

"**Oito mil homens famintos acabam de atacar o comércio local à procura de alimentos, avançando de preferência nos depósitos de gêneros alimentícios e mercado de carne**. Muitos dos famintos estavam sem se alimentar há mais de vinte horas". (O Povo, 08/04/58, grifo meu).

Nessa conjuntura, um novo campo de conflito começa a configurar-se. Os objetivos dessas ações, difusas, buscam conseguir comida e trabalho, mas, também, de uma forma mais geral são um alerta e uma denúncia às péssimas condições de existência dos camponeses do sertão. Se, em outros momentos, o confronto dos camponeses é com os proprietários de terra, na seca as contestações canalizam-se para o Estado. Este passa a ser o "protetor dos flagelados" e, por essa função concentra as contradições de um período que tem como grande marca a fome e a falta de trabalho. Esta falta de trabalho leva os camponeses a pressionarem o Estado através de concentrações nas cidades e, especificamente, em frente a sedes governamentais. A fome conduz às invasões ao comércio e, principalmente, a armazéns de gêneros alimentícios. Esse quadro que expressa a situação de "calamidade pública", que passa a vigorar na região, legitima as rebeliões camponesas e força, não só o Estado, mas, um amplo setor da sociedade civil ou, mais especificamente, frações da classe dominante, a darem respostas às pressões camponesas criando um tempo político que configura um quadro expressivo das relações de força: de um lado, reprodução das relações tradicionais de poder, e, de outro, contestação camponesa. Esta última tem por especificidade o fato de promover ações que em outros momentos seriam violentamente reprimidas e no período de seca conquistam espaços variáveis de legitimidade.

Na medida em que o quadro de uma estiagem começa a se configurar, com os serviços no interior das propriedades tornando-se cada vez mais escassos e os produtos de subsistência ficando diminutos, as mobilizações camponesas ganham corpo.

As mobilizações podem ser divididas, principalmente, em três tipos: as invasões, as concentrações e os saques. As invasões são caracterizadas pelo

simples afluxo de camponeses à cidade, configurando um conglomerado nos centros urbanos. Esse tipo de mobilização ocorre naturalmente fruto da inviabilidade de os camponeses sobreviverem no interior das propriedades, provocando um grande deslocamento da população rural. Nos períodos de seca, as estradas passam a ter um fluxo permanente de transeuntes e as cidades ganham novos habitantes que se fixam nas pontas de ruas ou em logradouros. Esse quadro serve de alerta aos poderes públicos e passa, também a preocupar os comerciantes locais.

"A esta capital, continuam afluindo, diariamente, dezenas e dezenas de famílias flageladas, que, desenganadas do inverno, vêm procurar das autoridades recursos para sobreviverem". (O Povo, 17/03/58).

O deslocamento e a formação de conglomerados de camponeses à procura de comida e trabalho, nos períodos de estiagem, dão o retrato da miséria e pobreza em que vive a grande maioria da população rural dos sertões. Esse quadro tanto possibilita tristes relatos nos romances², como dá uma dimensão pública a esse problema social, passando a exigir um tratamento, não só, emergencial, mas, sócio-político e não policial. Podemos dizer que nesse momento os camponeses passam a ter algum espaço de conquista de cidadania, com o estado tendo que assumir suas obrigações publicamente. Nessa situação, os camponeses não são vistos, em seus protestos, como simples subversivos, mas, fruto de uma ordem que lhes é adversa. Essa visão, em grande parte, norteia todo o tratamento dado, não só pelos setores públicos, mas, também, pela sociedade civil por ocasião das mobilizações camponesas.

Nos períodos de estiagem a mendicância aumenta, os flagelados tornam-se também mendigos. Entretanto, é importante destacar que os camponeses-pedintes não se confundem com os mendigos, pois marcam suas diferenças. Os traços de trabalhadores rurais ainda são muito fortes. O tempo ainda não os transformou em mendigos. Não são pedintes favelados e sim pedintes do campo.

O segundo passo das mobilizações configura-se nas concentrações camponesas que têm como alvo os poderes públicos.

"Hoje pela manhã, algumas pessoas deslocadas do interior, que aqui se encontram em busca de trabalho e assistência, estiveram no Palácio da Luz, a fim de solicitar auxílio do governador". (O Povo, 24/03/58).

Essas concentrações expressam uma contestação mais organizada e com propósitos definidos, por parte dos camponeses, ao mesmo tempo em que demonstra uma deficiência e uma incapacidade dos poderes públicos nas soluções esperadas pelos trabalhadores rurais. As invasões, mesmo já apresentando a estã do trabalho e do alimento como principais reivindicações, guardam uma natureza difusa e, em grande parte, atomizada. Nas concentrações, ao contrário, há uma grande marca que é a convergência de reivindicações em local físico determinado, exigindo definição de responsabilidades diante da "calamidade pública".

Nas secas de 1958 e 1970, nas concentrações, não existiram os agentes mediadores. Esses agentes terão um papel importante na seca de 1979 e 1983. Nessa ocasião ganham destaque os Sindicatos Rurais e a Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base.

Nessas concentrações as reivindicações camponesas ganham concretezude nas solicitações de emprego, através da criação de obras públicas ou privadas mas que viabilizam o aumento de trabalhadores alistados nos "trabalhos do governo". As reivindicações por alimento, mesmo estando presentes nas concentrações, aparecem subordinadas à maior importância do emprego. Isso representa um dado importante para entendermos a "cultura camponesa" que, mesmo nesses períodos críticos, expressa elementos definidores de sua identidade. Ou seja, eles são "camponeses desempregados" e não "camponeses pedintes". Nesse sentido, nas concentrações, o camponês reivindica emprego para poder "manter sua família". O aumento do número de "camponeses pedintes" pode ter dupla conotação: uma demonstra a incapacidade do Estado em criar mais emprego e outra reforça a "ideologia da dependência", "do favor", do "dar em migalhas". Se, no alistamento de novos empregos, o Estado aparece como o "grande protetor dos camponeses", nas distribuições de alimentos ele encarna, também, a figura do "benfeitor - sensível e comovido".

Na medida em que as invasões e as concentrações não surtem efeito, os camponeses partem para os saques. São ações que têm como finalidade a obtenção de alimento. Essas ações ocorrem em armazéns públicos ou privados, em casas comerciais, em feiras-livres e em transportes de alimentos. Demonstrando uma separação entre o bem público e o privado, os saques ocorrem, com maior frequência, a postos de abastecimento governamentais.

"Consoante notícias que chegaram à Secretaria de Segurança Pública, cerca de quatro mil flagelados impelidos pela fome e, depois de verem morrer de inanição um colega, invadiram o Posto do SAPS de Canindé, levando todos os gêneros que ali estavam armazenados.

A reação dos flagelados veio depois de várias tentativas de conseguirem trabalho e alimento. Vendo todos os seus esforços baldados e diante da morte por fome de um homem válido, partiram desesperados de onde se achavam concentrados e foram ao posto do SAPS daquela cidade". (O Povo, 02/12/58).

Os saques, principalmente nesse último período de seca, 79-83, têm assumido um caráter mais estruturado, com a participação mais efetiva dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais através, principalmente, de um trabalho de suas delegacias sindicais e das Comunidades Eclesiais de Base. Se as CEBs fornecem todos os elementos para que os camponeses possam colocar os saques dentro de um patamar de legitimidade, os STR fornecem os elementos operacionais para viabilizá-los.

Para Rejane Carvalho "O que se destaca como novo não é o protesto em si, mas a forma como tem sido articulado através de uma base organizativa, Sindicatos Rurais e Comunidades de Base, o que torna possível que se transforme num movimento social mais orgânico de questionamento da estrutura

fundiária e dos padrões tradicionais de dominação vigente no sertão" (1983:1). Em seguida, diz: "O novo no processo de mobilização é que ele sustenta-se em uma base organizativa (sindicatos rurais e comunidades de base), possibilitando com que queixumes ocasionais e isolados sejam articulados politicamente de forma mais permanente em termos de "vontade coletiva" (1983:2).

A "preparação" de um saque pode envolver desde discussões iniciais nas comunidades, passando pela forma do deslocamento até a sede municipal e terminando por reunir-se antecedendo a ação, geralmente, na sede do Sindicato. Às vezes, o deslocamento dos distritos para a sede municipal é facilitado pelos comerciantes dos distritos, evitando, assim, possíveis saques nesses locais.

É importante destacar que a ação do saque faz parte da "cultura política" das secas, sendo prática secular e costumeira dos camponeses. São ações que se reproduzem na sociedade de forma legítima.

"O comércio e as residências particulares estão na iminência de serem atacados pelos famintos, que ocorrem, em grande número a esta cidade à procura de serviço. Já dirigi telegramas de apelo a todo mundo. A fome não espera. estou contendo os famintos com esmolas, invocando a minha autoridade de vigário. Caso os poderes competentes não venham em nosso auxílio, com providências urgentíssimas, será impossível evitar graves acontecimentos, como conseqüências lamentáveis. Motivados pela grande fome". (O Povo, 01/04/58).

A base de legitimidade que os saques possuem inviabiliza qualquer ação mais enérgica, por parte dos setores de segurança pública. Mesmo quando a polícia é chamada para "manter a ordem", é sempre destacado pelas autoridades que suas ações devem manter-se num quadro de prudência e calma, evitando qualquer ato de violência. Decorre dessa base a própria classificação feita dos camponeses que participam dos saques: esses não são desordeiros, subversivos ou vagabundos e, sim, famintos.

Nesse sentido, cabe uma reflexão de Thompson sobre os motins de subsistência da Inglaterra do século XVIII, quando diz. "É possível detectar em quase toda ação de massa do século XVIII alguma noção legitimante. Com o conceito de legitimação quero dizer o que os homens e as mulheres que constituíam o tropel acreditavam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais; e, em geral, que estavam apoiados pelo amplo consenso da comunidade. Em ocasiões este consenso popular era confirmado por uma certa tolerância por parte das autoridades, mas, na maioria dos casos, o consenso era tão marcado e enérgico que anulava as motivações de temor ou respeito". (1979:65).

O saque é uma ação sempre possível e latente dentro de um quadro de miséria e fome que simplesmente se agrava nos períodos de seca. Nesse sentido, essa ação representa a luta pelo direito à sobrevivência, mantendo-se nos limites do legítimo, do legal, traços essenciais da "cultura camponesa". O ilegal passa a ser a "calamidade pública". É interessante destacar que o saque ocorrido fora dos períodos de seca passa a ser classificado pela ideologia dominante como "ação de baderneiros" e é considerado quebra da ordem.

Por último, é importante destacar a natureza ambígua da ação do Estado diante dos saques. Não há notícias de repressão mais ostensiva a ações dessa ordem, cuja explicação está na legitimidade que carregam diante de situação evidente de crise. Entretanto, ao legitimar as ações como provenientes da situação de seca, escamoteiam-se as desigualdades estruturais agora reduzidas à situação climática.

Na seca de 1979 a 1983, como já foi dito anteriormente, houve um maior envolvimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da Igreja, através das CEBs. Nas ações dos camponeses, ganha também destaque a efetiva e importante participação das mulheres camponesas nas concentrações e, principalmente, nos saques. Temos como hipótese, sobre esse envolvimento crescente das mulheres nos saques, o fato de elas estarem, em grande parte, fora dos alistamentos, além da falta de alimento para os filhos que afeta mais a mulher. Entretanto, a participação das mulheres nos movimentos camponeses do sertão, em termos gerais, tem sido marcante. Inclusive nos períodos de seca as mulheres lutam não só por alimentos, mas também por trabalho, destacando a responsabilidade pela reprodução da unidade camponesa que não está restrita somente ao homem.

Por fim, é importante reter que essa seqüência de ações – invasão, concentração e saque – reproduzindo uma lógica colada às necessidades camponesas, marca uma distribuição temporal onde as invasões são ações características dos primeiros meses de estiagem e os saques representam, fundamentalmente, as ações de um segundo momento.

A Seca e a Ação do Estado

As ações do Estado nos períodos de seca têm como principal meta evitar uma convulsão social. Nesse sentido, as políticas de emergência nos períodos de estiagem não são feitas para reverter o quadro, nem para criar condições mais adequadas e racionais para enfrentar um novo período de seca. As políticas de emergência permitem assegurar a permanência da mão-de-obra no campo, possibilitando sua reprodução por determinados períodos, ao mesmo tempo em que impedem que os conflitos desorganizem a produção vigente.

Como diz Quiroga Fausto Neto: "O Estado, ao assumir o encargo de manutenção da força de trabalho das regiões atingidas pela seca, ele o faz, em primeiro lugar, dentro da perspectiva da garantia de manutenção de um "stock" de mão-de-obra com vistas à retomada do processo produtivo: suspensão a produção das demais mercadorias, a mercadoria força de trabalho deve ser mantida, evidentemente, por instâncias exteriores ao capital privado. Assim, a forma de gestão da força de trabalho deve corresponder à finalidades capitalistas mas não sob o encargo do capital privado" (1985:105).

De forma secundária, aparecem as políticas que tentam evitar um nível de descapitalização dos proprietários que inviabilizaria a economia do sertão. Nesse quadro, aparecem as obras realizadas no interior das propriedades ou de cunho infra-estrutural e as anistias fiscais e bancárias. Considero que essas ações são, em grande parte, um resíduo das políticas que visam a conter, por um lado, o grau de miséria crescente e, por outro, o grau de contestação camponesa.

O que impulsiona a abertura das obras de emergência não é a sua necessidade ou importância sócio-econômica e sim política, ou seja, o que elas geram, em termos de emprego. Ao longo dessas políticas de "combate às secas" foram construídos alguns açudes, barragens, cacimbões, cacimbas, barreiras e outras obras que visam a minorar o problema de água para o sertão. Entretanto, nessas ações a marca do Estado não é o planejamento e sim o seu lado como empregador – impulsor de empregos. Devem ser "abertas obras de amparo às vítimas da seca".

"Centenas de flagelados invadem esta cidade, provocando o fechamento do comércio local. O poder municipal é impotente para atenuar às reclamações da multidão que pleiteia serviço. Urge providências imediatas, no sentido de atenuar o sofrimento dos pobres sertanejos, criando serviços de emergência, neste município, e enviando víveres para evitar acontecimentos mais graves". (O Povo, 10/04/58, grifo meu).

Em 1958, a seca passa a ser analisada pela imprensa como um momento de agravamento de problemas estruturais. A falta de uma planificação, por parte do Estado, e a estrutura fundiária passam a ser apontadas como os grandes problemas. Essas críticas, no período de 79 a 83, tomam um caráter mais explícito e polarizador. Alguns setores da Igreja Católica, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outros setores da sociedade passam a concentrar suas críticas na política do governo frente ao problema da seca e aos problemas mais estruturais.

"Reorganização fundiária é o passo inicial de toda e qualquer política que objetive o desenvolvimento rural" (Tribuna do Ceará, 03/01/83).

"Para os governos, o Nordeste aparece como um problema; para a nação, é como se fosse um peso. E tudo, dizem, é por causa da seca. A seca se tornou o melhor assunto para discursos nas campanhas políticas e um bom negócio para os que querem enriquecer, mesmo que seja explorando o sofrimento alheio. Que o nordestino seja pobre e sofredor, é verdade. Mas que a seca seja a responsável principal de tudo isso, é o que não se pode afirmar ... Vimos que a miséria do Nordeste é causada mais pela injusta organização sócio-econômica e política do que pelo flagelo da seca. Pois, os ricos, mesmo com a seca, continuam bem e até se tornam, às vezes, mais ricos, como os proprietários que se enriquecem com as benfeitorias que o Programa de Emergência constrói em suas terras, com o suor dos pobres que não recebem nem o salário mínimo". (Trecho do Documento "O Homem e a Seca no Nordeste", realizado pela CNBB, secretariado NE I).

Neste texto, a Igreja muda seu discurso fatalista, casual e determinista responsabilizando o sistema pela situação de miséria e pobreza do trabalhador rural.

É importante destacar a denúncia de que a seca atinge de forma diferen-

ciada os diversos setores da sociedade, em oposição ao discurso que tenta mostrá-la como causadora de males indiscrimináveis. Dentro desta perspectiva de agilizar a implantação de uma política de emergência, para evitar grandes convulsões sociais, ganham corpo os apelos dos políticos locais, dos vigários e dos comerciantes. Os políticos tentam tirar todo o proveito de um momento que viabiliza o reforço dos laços clientelísticos, apresentam-se como defensores de "sua terra" e de "sua gente sofrida".

Os padres, "vigários", investem no argumento humanista, mostrando o sofrimento dos "pobres e desamparados", numa alusão direta a passagens bíblicas.

Os comerciantes são mais explícitos, reivindicando a atenção dos governos estaduais e federais para evitar que suas casas comerciais sejam saqueadas. Qualquer aglomeração é um alerta para os comerciantes. Por outro lado, se a abertura de emprego ameniza a situação, traz como contrapartida o aumento de circulação de moeda, possibilitando uma maior demanda dos produtos comerciais.

Com a escassez dos produtos alimentícios, não só do mercado interno, mas, principalmente, dos roçados dos camponeses, ocorre uma elevação alarmante dos seus preços, constituindo-se uma das principais denúncias dos períodos de seca.

"O arroz que custava em março e abril Cr\$ 15,00 e Cr\$ 18,00, hoje é vendido abertamente, sem motivos de reclamação, a 45 e 50 cruzeiros, sem citar-se a rapadura (Cr\$ 20,00), o sabão (Cr\$ 20 e 25,00), carne ((Cr\$ 80 e 90,00) farinha (Cr\$ 19 e 20,00)" (O Povo, 20/11/58).

"Parte do operariado da rodagem Freixeirinha-Gruta de Ubajara, exasperada com a atitude dos fornecedores, que elevaram o preço do feijão de 30 para 35, quando um operário percebe a diária de 40 cruzeiros, acaba de invadir os fornecimentos localizados na Vila de Araticum, deste município, todo o estoque foi carregado" (O Povo, 24/11/58).

Juntam-se a essas queixas as reclamações sobre o valor do salário sempre abaixo do salário mínimo (Tabela II), o não alistamento de mulheres e filhos menores.

Em 1958, a grande reivindicação dos trabalhadores foi o alistamento, também dos menores. Isto só foi conseguido no final do mês de agosto, com a intermediação de Dom Antônio de Almeida Lustosa, arcebispo de Fortaleza. Esses menores passaram a receber a metade dos salários pagos aos adultos.

No período de 1979 a 1983 as reivindicações se concentravam na inclusão das mulheres. É importante destacar que essas reivindicações prendem, por um lado, à composição da força de trabalho no campo, que inclui normalmente as mulheres e as crianças e, por outro, ao baixo salário pago nos trabalhos de emergência, que são considerados "salários de fome", insuficientes para a subsistência de uma família, pagando "salários" abaixo do mínimo regional.

Para Quiroga Fausto Neto "... esse nivelamento "por baixo" terá influências não apenas no período de estiagem, mas se projetará posteriormente

TABELA II
ESTADO DO CEARÁ
SALÁRIOS DE "EMERGÊNCIA" EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO
1979 a 1983 (1)

Meses/anos	Salário Mínimo (2)	Salário de Emergência (3)	Salário Emergência/ Salário Mínimo (%)
05/79	1.644,00	1.644,00	100,00
11/79	2.172,00	1.644,00	75,7
05/80	3.189,60	2.460,00	77,1
11/80	4.449,60
05/81	6.712,80	4.080,00	60,8
11/81	9.732,00
05/82	13.920,00	7.770,00	55,8
11/82	20.328,00	11.125,00	54,7
05/83	30.600,00	15.300,00	50,0
11/83	50.256,00	15.300,00	30,4

FONTE: (1) Tabela elaborada por Parente (1985).

(2) IOB.

(3) Extraído de diversas fontes da pesquisa: entrevista, documentos e jornais.

quando o "salário da emergência", e não o mínimo regional, permanecerá como base das alterações salariais futuras, pós-seca" (1985:106).

O início de toda política de emergência é antecedido não só de mobilizações, por parte dos camponeses, mas também de uma ampla articulação dos setores políticos regionais. Nessa somatória de esforços, os governos estaduais e federal são envolvidos e os problemas dos camponeses do sertão ganham uma dimensão nacional.

Como diz Inaiá Carvalho: "... desde o século passado o Nordeste tornou-se um problema de repercussão e responsabilidades nacionais, em decorrência das secas que atingem o seu território e penalizam grandes contingentes da sua população" (1987:43).

A ação do Estado materializa-se e, praticamente, limita-se à abertura de serviços que possibilitem o surgimento de um maior número possível de emprego. Com a abertura das obras, são formadas diversas turmas de trabalho, principalmente para serviços de ajudagem e construção de estradas, de caráter público.³

Antes de 1979 os programas de emergência valorizavam indiretamente a propriedade privada, através das "obras públicas", nesse ano inicia-se um novo modelo de programa com as "Frentes de Emergência" que beneficiam diretamente os proprietários de terra. Nesse programa as obras passam a ser executadas no interior das propriedades e o Estado assume quase que o ônus total delas.

O programa visava à manutenção da mão-de-obra a fundo perdido, mantendo uma divisão que variava de acordo com o tamanho da propriedade.

TABELA III
AUXÍLIO GOVERNAMENTAL – ESTRATOS E PERCENTUAIS

Tamanho da Propriedade	Auxílio a Fundo Perdido
0 – 20 ha	100%
21 – 100 ha	80%
101 – 500 ha	70%
500 – + ha	50%

FONTE: SUDENE – Folheto Publicitário – 1979.

Se o clientelismo, a politicagem e a corrupção são as grandes marcas dos períodos de seca, em 1958 essas características atingiram as formas mais acintosas possíveis. O uso da máquina estatal nunca foi praticado com tanta eficiência e desmesuradamente em favor dos políticos ligados ao poder federal.

“Os trabalhos de assistência aos flagelados, neste município, foram entregues à orientação de políticos locais do PSD, que fazem criminosa exploração, exigindo dos operários o compromisso de se alistarem em seu partido, pedindo os títulos dos elementos contrários, com a promessa de que ficarão desobrigados de comparecer ao trabalho, e, o que é mais grave, instituindo nas folhas operários fantasmas para se locupletarem ilícitamente como donos da seca” (O Povo, 21/03/58).

As queixas concentram-se na forma de alistamento que beneficia somente os trabalhadores que são filiados ao PDS ou PTB, os cargos de administradores, apontadores, fiscais são entregues a pessoas de confiança do partido do governo federal e criação de novos cargos de direção no DNOCS para favorecer a “apadrinhados” do Governo Federal.

Em 1958 os trabalhos de emergência foram organizados pelo DNOCS, pelo DNER e pelo DAER, cabendo ao DNOCS o papel de centralizar e planejar as ações. No final do período, o Exército passou a atuar em decorrência de um ato baixado pelo Presidente da República.

A participação do Exército nessas ações foi justificada pelo fato de ser uma “instituição alheia a interesses partidários e capaz, portanto, de traçar melhores rumos a tudo que aqui se tem passado, com relação ao mal emprego dos vultosos recursos que a Nação há canalizado este ano para o Nordeste” (O Povo, 18/11/58).

Essa medida, entretanto, era mostrada como uma tentativa de “dar um basta” no desmando, na politicagem e na malversação do dinheiro público e representava a intervenção direta do Governo Federal na Questão Nordeste. Os

problemas regionais ganham uma dimensão nacional e o governo passa a tratá-los nessa óptica.

Em 1970, mesmo com a entrada em cena da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em fins de 1959, o Exército tem um papel destacado. Como todos os problemas sociais da época, a seca era, também, uma questão de segurança nacional. E, nesse sentido, o Exército não só agiu como executor, mas, principalmente, controlador das ações. Atuaram na época, além da SUDENE e do Exército, o DNOCS e o DNER.

A ação do Estado diante do problema da seca reproduz uma prática secular sem alterações na sua atuação em comparação com períodos anteriores. Na conjuntura política vigente, destacam-se algumas questões. Primeiro, é o "tratamento policial" que passa a ser dado às reivindicações dos trabalhadores rurais e o próprio controle, em termos de disciplina do trabalho, nas Frentes de Serviço. Um outro aspecto, é a intervenção direta da Polícia Federal nos inquéritos abertos sobre a "politicagem" e a "malversação das verbas destinadas aos planos de emergência". Por trás da ideologia da moralização dos serviços públicos, está a visão policialesca diante dos problemas sociais. É importante destacar que esses inquéritos não tiveram qualquer ação conseqüente.

No período de 1979 a 1983, além das mudanças apontadas anteriormente, ganham destaque as mobilizações dos trabalhadores rurais em torno da política de emergência. Essas mobilizações abrangem, desde a ampliação no número de alistados, envolvendo a incorporação dos menores e das mulheres nos serviços de emergência, até por críticas à política de emergência. Possuem como alvo os baixos salários e o tipo de serviços executados. Ganha destaque, como fato novo, a luta dos camponeses para participarem, através de suas organizações, na elaboração e execução da "política emergencial". Como contrapartida, o estado dá destaque a uma "política participativa" envolvendo as organizações dos trabalhadores e alguns órgãos estatais. A atuação dos camponeses, no campo político, provoca mudanças na política de combate às secas, não só tendo que incorporar suas reivindicações, mas também tendo que tratá-los enquanto cidadãos, como sujeitos políticos.

É importante ressaltar que uma das grandes questões colocadas frente às políticas emergenciais é a sua desarticulação com o "processo agrícola camponês". Essa desarticulação aparece na retirada dos camponeses de suas unidades produtivas e na natureza dos trabalhos executados.

Como diz Quiroga Fausto Neto: "... conjugando-se as opções do programa estatal às suas exclusões, o que se tratou foi, de um lado, favorecer as propriedades, principalmente as de dimensões médias e grandes, e, de outro, radicalizar a viabilidade das formas de sobrevivência garantidas pelo acesso a pequenas parcelas de terra e pelo trabalho familiar, completando assim a separação entre trabalhador e meios de produção" (1985:105).

A partir das questões analisadas ao longo do trabalho, é importante destacar que a seca politiza os movimentos na medida em que coloca o estado como centro das contestações convergentes.

A noção do espaço público, dos direitos e da cidadania emerge de modo evidente não mais restrita ao espaço privado da produção.

Concluindo, a seca, como um fenômeno da natureza, possibilita o desnu-

damento das contradições estruturais em um determinado tempo e atravessa as dimensões sociais e políticas.

Notas Conclusivas

O que procurei mostrar ao longo deste trabalho foi a natureza sócio-política do fenômeno da seca, que não se restringe à sua dimensão climática. Reveladora de contradições estruturais, a seca não só torna visível as diferentes formas de dominação como os modos de resistência que expressam os trabalhadores rurais.

Talvez por esse motivo esse seja o momento no qual os recursos ideológicos, mobilizados nos discursos originados de diversas fontes, buscam recuperar sua eficácia. O regionalismo e suas variações, a redução da seca à questão meramente climática ao lado de outras falas que instauram a miséria como fenômeno episódico são formas de impedir o aguçamento das contradições vigentes.

A seca também é promotora de mudanças. O processo migratório que torna a mão-de-obra assalariada, a mudança nas relações de produção e o desaparecimento da cultura de subsistência são formas de reestruturação do ecossistema produtivo.

Na situação analisada, esse processo não significa uma expansão natural da modernização capitalista, mas uma aceleração das transformações nas formas produtivas cujo ônus fundamental é revertido negativamente para os trabalhadores camponeses.

Estes, transformados em mão-de-obra barata e destituída de qualificação, engrossarão o cinturão de miséria das periferias da cidade.

Paralelo a essa transformação denota-se o reforço do poder local, agora reestruturado em aliança com o capital comercial e bancário, centralizando, assim, o domínio econômico e sobretudo viabilizando a chamada indústria da seca.

Da perspectiva da resistência dos trabalhadores rurais, esse momento político é catalizador de formas variadas de rebeldia com participação dos trabalhadores e interlocutores políticos, como Igreja ou partidos. Abre-se nessa circunstância um espaço de politização intensa onde a contestação atinge modos variados de expressão, tornando visível as lutas de classe em situações de espontaneidade – como é o caso de saques – ou situações de protestos organizados, a exemplo das romarias.

Esse amplo quadro expressivo das contradições vigentes no campo e na cidade traz à cena principal um outro figurante, que é o Estado. Enquanto regulador das condições de reprodução do sistema, o estado subsidia os prejuízos financeiros dos proprietários e busca criar condições de reprodução da força de trabalho através da formação de frentes de serviço. Entretanto, o estado é também um dos principais reforçadores da estrutura local de poder, fato que torna sua participação casuística e conivente com a indústria da seca.

Essas considerações levam à constatação de que a seca, enquanto fenômeno político, acelera uma espécie de catarse social, onde a transformação e reprodução convivem simultaneamente. Futuras pesquisas poderão apontar

com maiores detalhes os efeitos dessa transformação no âmbito das relações de trabalho, da reestruturação da propriedade fundiária e dos processos de mobilização política.

NOTAS

¹ No item IV da seção II, artigo 96 "ao patrão caberá apenas 10% da produção do algodão quando concorrer com terra nua, isto é, sem nenhum preparo; 20% quando concorrer com terra preparada e moradia; e 30%, caso concorra com o conjunto de benfeitorias, construído, especialmente, de casa de moradia, galpões, banheiro para o gado, cerca, valas ou currais, conforme o caso". (lei nº 4.505).

² Ver, principalmente, Queiroz (1987), Paiva (1981), Ramos (1985).

³ "Até a seca de 1970, no Nordeste, permaneceram grandes Frentes de Serviço, principalmente, na construção de rodovias, com inscrição média de 4.712 operários por Frente. O número de inscritos em cada obra variava de 500 a 15.000 trabalhadores. Na seca de 1976, as Frentes foram menores e mais numerosas" (PARENTE, 1985:51).

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Inaiá Maria M.
1987 - **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo, HUCITEC-SUDENE.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos
1983 - **Seca no Nordeste e mobilização camponesa**. Fortaleza (mimeo).
- COHN, Amélia.
1986 - **Crise regional e planejamento**. São Paulo, Editora Perspectiva.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva
1986 - Movimentos sociais no meio rural nordestino: a questão dos saques, **in Política e trabalho**, Mestrado em Ciências Sociais - UFPb.
- GUERRA, Paulo de Brito
1977 - **Flashes das secas**. Recife, MINTER-SUDENE.
- MARTINS, José de Souza
1986 - **Não há terra para plantar nesse verão**. Petrópolis, Vozes.
- PAIVA, Manoel de Oliveira
1981 - **Dona Guidinha do Poço**. São Paulo, Editora Ática.
- PARENTE, Eneida Ramos
1985 - **Seca, Estado e mobilização camponesa**. Fortaleza, Tese Mestrado (mimeo).
- QUEIROZ, Raquel
1987 - **O Quinze**. 39ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

QUIROGA FAUSTO NETO, Ana Maria

1985 – **As Frentes de Emergência e o movimento dos saques:** atenuação e expressão do conflito no meio rural-urbano, in *Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano*. João Pessoa, Mestrado de Ciências Sociais – UFPb.

RAMOS, Graciliano

1981 – **Vidas Secas**. Rio de Janeiro, Editora Record.

THOMPSON

1979 – **Tradicón, revuelta y consciéncia de clase**. Bcelona, Editorial Crítica.

ABSTRACT

Droughts: Reproduction of Power and Rebellion

This is a direct relationship: the greater the degree of poverty among rural workers, the greater their dependence on landowners. The drought, as it increases the degree of poverty among those workers, strengthens relations of power in the northeastern region of Brazil. The State contributes to this process because, by seeking to avoid social convulsion, it strengthens archaic power structures. But the drought is also the occasion when peasant rebelliousness is manifested, in highly organized public concentrations and pillages in rural towns. To their participants, these manifestations are fully legitimate, in that they come not as beggars but as "unemployed peasants". But the vicious circle of subordination is installed by the State: the provider of jobs and food.

RESUME

Sécheresse: Reproduction du Pouvoir et Rébellion

Le rapport est direct entre le degré de pauvreté des travailleurs ruraux et le degré de leur dépendance par rapport aux propriétaires. La sécheresse, en augmentant la pauvreté de ces travailleurs, contribue à renforcer les rapports de domination à l'intérieur du nord-est brésilien, et ceci avec l'aide de l'Etat: son action, visant à éviter une convulsion sociale, reproduit les structures de pouvoir archaïques. Mais la sécheresse est aussi le moment de manifestations de révolte où les paysans, remarquablement organisés, réalisent concentrations publiques et pillages. Ces manifestations possèdent, pour leurs participants, une légitimité basée sur le fait qu'ils sont "paysans sans emploi" et non mendiants. Le cercle pervers de la subordination s'installe par l'action de l'Etat, qui fournit emplois et nourriture.